ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2025

PROCESSO N.º 8.596-01.00/24-4

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio de seu PREGOEIRO e através da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, utilizando como critério de julgamento o MENOR PREÇO, com modo de disputa ABERTO. O certame será realizado em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/21 (NLLC – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Estadual n.º 11.389/99, Lei Estadual n.º 13.706/2011, Lei Estadual n.º 15.228/2018, Decreto Estadual n.º 42.250/2003, Decreto Estadual n.º 48.160/2011, Decreto Estadual n.º 57.033/2023, Resolução de Plenário n.º 3137/2015 da ALRS e condições previstas neste Edital e Anexos, bem como com as demais legislações aplicáveis.

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), visando disponibilizar comunicação de voz, dados e serviços de mensagens, com comodato de aparelhos, a fim de atender ao Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações e condições previstas neste Edital e Anexos.

DADOS GERAIS DA DISPUTA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: desde o dia 28 de março de 2025, a partir das 9h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h30min do dia 11 de abril de 2025.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 10h do dia 11 de abril de 2025.

TEMPO DE DISPUTA: 10 (DEZ) minutos.

Obs.: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PORTAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: <http://www.pregaobanrisul.com.br/>

Obs.: O Edital e seus Anexos estão disponíveis na Internet, no portal de realização da disputa (citado acima) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp>).

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Praça Marechal Deodoro, n.º 101, Centro Histórico – CEP: 90010-300 – Porto Alegre/RS

CNPJ n.º 88.243.688/0001-81

1. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NESTE PREGÃO

1.1. **Poderão participar deste certame as licitantes que estiverem credenciadas junto à Seção de Cadastro da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC-RS** (instituída pelo Decreto Estadual n.º 49.291/2012), conforme detalhamento disposto no item 2 deste Edital.

1.2. **Não poderá participar desta licitação** a licitante enquadrada em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) que não atenda às condições estabelecidas neste Edital ou não apresente os documentos nele exigidos;
- h) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação;
- i) que se encontre sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- j) que se encontre inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;
- k) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

1.2.1. O impedimento de que trata o subitem “c” do item 1.2 será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

1.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens “a” e “b” do item 1.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução do Pregão Eletrônico ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.3. Para fins de obtenção do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o microempreendedor Individual (MEI) se equipara a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), conforme disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Resolução CGSN n.º 140, de 22 de maio de 2018.

1.4. Nos termos do art. 8º da Resolução de Mesa n.º 1.168/2013 da ALRS, é vedado a pessoa jurídica cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de autoridade administrativa ou de ocupante de cargo em comissão, de função gratificada ou de natureza assemelhada na Assembleia Legislativa, prestar serviços ou desenvolver projetos na Casa por meio de: (a) contratos de serviço terceirizado; (b) contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; (c) convênios e os instrumentos equivalentes.

1.5. Não poderá haver licitante com mais de uma proposta por lote.

1.6. Em se tratando de empresa consorciada, deverão ser observados as questões a seguir:

1.6.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

1.6.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

1.6.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Assembleia Legislativa do RS e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

2. CREDENCIAMENTO E EFETIVA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.1. **É necessário o credenciamento das licitantes junto ao provedor do sistema eletrônico, como pressuposto para a participação neste Pregão.** O referido credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidas junto à Seção de Cadastro da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC-RS, de acordo com a Instrução Normativa n.º 002/2004 daquele órgão. Mais informações sobre o procedimento de credenciamento estão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

disponíveis pelo fone (51) 3288-1160 e no endereço:

<https://portaldofornecedor.rs.gov.br/>

Obs.: O credenciamento prévio, acima referido, não se confunde com a obtenção do CFE – Certificado de Fornecedor do Estado - junto à CELIC-RS, o qual é opcional. Portanto, o CFE não é obrigatório para participação no presente certame.

2.2. O credenciamento e uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CELIC-RS, ao BANRISUL ou à ALRS responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC-RS, para imediato bloqueio de acesso. A nova senha deverá ser requerida junto a esse órgão.

2.4. Para participação neste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste Edital e seus Anexos;
- b) que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;
- c) que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;
- d) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- e) que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;
- g) que se enquadra como ME, EPP, ou, ainda, como MEI ou Sociedade Cooperativa, para fins de obtenção do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006. A ausência dessa declaração significará a renúncia em usufruir das prerrogativas concedida pela Lei Complementar federal nº 123/2006;
- h) que, sendo ME/EPP, afirma que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- i) que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- j) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.5. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação.

2.6. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

3. PROCEDIMENTO

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do portal eletrônico de compras “Pregão On Line Banrisul” (<http://www.pregaobanrisul.com.br/>) mediante condições de segurança – criptografia e autenticação.

3.2. O Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, é o responsável por coordenar, dirigir e acompanhar o procedimento licitatório nas etapas de sua competência, tendo como atribuições:

- a) responder às consultas e impugnações que lhe forem formuladas pelos interessados, relativas ao Pregão, bem como receber, examinar e decidir sobre a admissibilidade dos recursos;
- b) receber e analisar a aceitabilidade das propostas e sua conformidade com as características mínimas exigidas neste Edital e seus Anexos;
- c) classificar e desclassificar propostas, decidindo motivadamente;
- d) conduzir os procedimentos relativos aos lances e proceder à negociação junto à licitante vencedora dessa etapa, na busca pela maior redução de preço possível, em prol da economicidade;
- e) verificar o preenchimento dos requisitos de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e, uma vez constatado o pleno atendimento ao disposto no edital, declarar a vencedora;
- f) adjudicar o objeto do certame, salvo se houver recurso, hipótese em que caberá à Superintendente Administrativa e Financeira (autoridade competente da ALRS) o ato da adjudicação;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- g) encaminhar o processo à Superintendente Administrativa e Financeira para homologação;
- h) solicitar à Superintendente Administrativa e Financeira a abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades, visando à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação.

3.3. O Pregoeiro, no interesse público e em prol da vantajosidade, da razoabilidade e da eficiência, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem, por certo, a legislação vigente e não comprometam a lisura/legalidade/higidez da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

4. PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

4.2. A partir da publicação deste Edital no portal “Pregão On Line Banrisul” deverão ser encaminhadas as propostas de preços, **exclusivamente por meio eletrônico**.

Obs.: diante de eventuais problemas técnicos/operacionais e/ou dúvidas suscitadas relativas à plataforma eletrônica Banrisul, indica-se aos licitantes que entrem em contato com a Central de Atendimento do referido portal, pelo fone (51) 3210-3708.

4.3. A Oferta/Proposta de Preços deverá conter os seguintes requisitos:

- a) identificação da pessoa jurídica responsável pela proposta – razão social, endereço, CNPJ, telefone, *e-mail* –, aos moldes do Anexo II deste Edital (Modelo de Proposta de Preços);
- b) descrição do objeto, em consonância com as especificações contidas neste Edital e seus Anexos;
- c) cotação com preços unitário e total mensal para cada item, bem como com o preço global mensal do lote único, expressos em moeda nacional (Real – R\$), com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula;

Obs.1: No valor da proposta deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com embalagens, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante.

Obs.2: O valor da cotação, para os itens 01, 02, 03, 04, 06, 07 e 08, dispostos no item 2 do Anexo I deste Instrumento, **deverá considerar o abatimento referente à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, conforme previsto no Decreto nº 37.699/97 (Regulamento do ICMS) do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no Livro II, artigo 10º, inciso I.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Obs.3: Caso o valor do serviço “*Atendimento Técnico Especializado*”, previsto na tabela disposta no item 2 do Anexo I deste Instrumento, já esteja contemplado nos valores dos demais serviços, a proposta poderá indicar valor de R\$ 0,00 para este item.

d) descrição, com códigos do fabricante, de todos os aparelhos a serem fornecidos em comodato. Será desqualificada a proposta que não contiver descrição e quantidades detalhadas de cada aparelho, com respectivos “part numbers” do fabricante;

e) documento comprobatório das tarifas vigentes de Longa Distância Internacional homologadas pela ANATEL, referentes aos Planos Básicos ofertados pela licitante ou por sua subcontratada;

f) prazo de validade da proposta **não inferior** a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

Obs.: na falta de indicação expressa em contrário, o prazo acima referido será o considerado;

g) data, nome e assinatura do representante.

4.3.1. **Disponibiliza-se às licitantes o modelo de proposta constante do Anexo II, para que anexem a proposta inicial de preços.** De todo modo, a oferta inicial preenchida diretamente em campo próprio do sistema também será válida e aceita, desde que contemple as informações requeridas no subitem 4.3.

4.3.2. De sua vez, **a proposta final de preços – a ser enviada pela licitante vencedora da disputa de lances – deverá obrigatoriamente ser anexada em campo próprio do sistema, no prazo determinado pelo Pregoeiro, conforme disposto no subitem 6.17 (Julgamento da Proposta Final de Preços).** Deverá, ainda, conter as informações previstas no subitem 4.3 (para tal, sugere-se a utilização do Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste Edital) e estar assinada pelo representante legal da licitante.

Obs.1: A proposta de preços deverá ser assinada por representante legal com poderes para tal (caso não seja o sócio/administrador a assinar referidos documentos, deverá ser anexada procuração em que conste a delegação de poderes ao representante indicado pela licitante).

Obs.2: Solicita-se aos licitantes que já informem, na proposta de preços, seus dados bancários (nome do banco, n.º da agência e n.º da conta bancária), com vistas a agilizar o procedimento de empenho, subseqüente à licitação.

4.4. A participação no presente certame, assim como o envio da proposta de preços, nos moldes acima descritos, implica a aceitação plena - por parte das licitantes - das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

4.5. valor constante da proposta deverá compreender todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o serviço, abrangendo, assim, todas as despesas necessárias à execução plena do escopo desta licitação em perfeitas condições e de acordo com as disposições deste Edital e seus Anexos.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

5.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério **MENOR PREÇO TOTAL (GLOBAL) MENSAL**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital e seus Anexos.

5.2. Em caso de divergência entre valores numéricos e por extenso, estes prevalecerão sobre aqueles; entre preços unitário(s) e total(is), aquele(s) prevalecerá(ão) sobre este(s).

5.3. Não serão aceitas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, entendidos como tais os preços simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, ou de valor zero.

5.4. Serão desclassificadas, ainda, as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- c) apresentarem preços acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.4.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.5. **Critério de aceitabilidade de preços:** com base na determinação da Superintendente Administrativa e Financeira (documento eletrônico SEI-3810966), serão adotados como critério de aceitabilidade, para o objeto deste certame, os **valores máximos aceitáveis** relacionados no item 2 do Anexo I deste Edital.

5.5.1 As licitantes deverão respeitar os valores máximos aceitáveis indicados neste Edital, pois, se não o fizerem e, porventura, chegarem à fase de negociação do Pregão, sua oferta, permanecendo superior em relação ao preço máximo aceitável, não será aceita pelo Pregoeiro, cabendo à proposta desclassificação, em obediência ao artigo 59, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Ao final da etapa de lances, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, por não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Caso necessário, esse procedimento será sucessivamente repetido, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6. SESSÃO DO PREGÃO (DESCRIÇÃO DAS FASES)

6.1. As propostas serão recebidas até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, a partir do qual o Pregoeiro analisará a aceitabilidade de cada uma delas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

6.2. Previamente à abertura das propostas, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS, para identificar possível impedimento relativo ao participante, cujo comprovante será anexado ao processo.

6.3. **Fase de Disputa de Preços:** a sessão pública do Pregão Eletrônico terá início no horário previsto no preâmbulo deste Edital. Aberta a etapa competitiva, será considerada como primeiro lance a proposta inicial de menor valor recebida até então. Em seguida, os representantes das licitantes poderão encaminhar lances, **exclusivamente por meio do sistema**.

6.3.1. Caso a participante não apresente lances, concorrerá com o valor da sua proposta inicial.

6.3.2. Caso existam duas ou mais propostas com valor idêntico, sem que haja qualquer redução de valor por parte dos licitantes na etapa de lances, o sistema se encarregará de apontar, como mecanismo de desempate, o licitante que houver lançado primeiro a sua oferta no portal eletrônico.

6.4. A fixação do valor percentual ou absoluto de decréscimo entre os lances ofertados será prerrogativa do Pregoeiro.

6.5. Os lances serão dados no **valor total (global) mensal para o objeto (lote único)**.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.7. O modo de disputa será aberto, nos termos do art. 56, I, da Lei 14.133/2021. Durante o transcurso da sessão pública, os representantes das licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais representantes.

6.8. Na fase de disputa será adotada a seguinte regra para o intervalo de tempo entre lances: 03 (três) segundos caso o lance seja de licitante diferente; 10 (dez) segundos caso o lance seja da mesma licitante.

6.9. Na fase de disputa, o licitante poderá ofertar lances intermediários, desde que inferiores ao seu último lance registrado.

6.10. É vedada a desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se as licitantes às sanções previstas neste Edital, salvo nas hipóteses em que houver erro de digitação, momento em que deverá ser imediatamente requisitado ao Pregoeiro, via *chat*, a anulação do valor lançado equivocadamente.

6.11. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo da validade dos atos realizados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

6.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos representantes, por meio de mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.14. A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

6.14.1. O referido período será prorrogado pelo sistema, sucessivamente, na hipótese de ocorrência de novos lances, a partir do oitavo minuto.

6.14.2. As prorrogações supracitadas serão automáticas e cada lance ocorrido após o oitavo minuto de disputa determinará um acréscimo de dois minutos à etapa de lances.

6.14.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.14.4. O Pregoeiro poderá suspender a etapa de prorrogação da fase de envio de lances, após 60 minutos do início desta fase, considerando as seguintes situações: quando esta fase extrapolar o horário de expediente da ALRS, quando o decréscimo entre os lances se demonstrar muito reduzido ou, ainda, em outra situação devidamente justificada na sala de disputa.

6.14.4.1. Nesta hipótese o Pregoeiro agendará, no sistema, uma nova data e hora para retomar a etapa de disputa de lances (prorrogação), que reiniciará com o tempo mínimo de 02 (dois) minutos, se não houver novos lances, e novas prorrogações sucessivas.

6.14.4.2. No reagendamento poderá ser estabelecido um novo intervalo mínimo de diferença (decrécimo) de valores entre os lances.

6.15. **Empate Ficto:** na hipótese de licitante caracterizada como ME ou EPP (ou equiparada), que assim se tenha declarado, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, haver apresentado proposta ou lance de valor até 5% (cinco por cento) superior à de menor preço, ser-lhe-á aberto o prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da etapa competitiva, para a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela, sob pena de preclusão desse direito.

6.15.1. Não se aplica o disposto neste subitem se a proposta de menor preço tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (ou equiparada).

6.15.2. O sistema informará as licitantes que se enquadrarem na hipótese prevista neste subitem.

6.15.3. Caso a ME ou EPP (ou equiparada) decline de seu direito de preferência, considerar-se-ão convocadas, desde já, a microempresa ou empresa de pequeno porte (ou equiparada) remanescente e assim sucessivamente e, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem no limite de até 5% (cinco por cento), para o exercício do mesmo direito.

6.15.4. Na hipótese de todas as microempresas e empresas de pequeno porte (ou equiparadas) declinarem do direito de preferência, será considerada vencedora a proposta originalmente classificada em primeiro lugar durante a disputa, ou seja, a licitante não enquadrada como ME ou EPP (ou equiparada) que tenha apresentado a melhor proposta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

6.16. **Fase de Negociação:** encerrada a etapa de lances da sessão pública e estabelecida a classificação das licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura da etapa de negociação junto à vencedora provisória, oportunidade em que fará uma investida direta com vistas à redução de valor. Nesse momento, o Pregoeiro verificará a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor máximo aceitável indicado neste Edital.

6.16.1. Nas situações em que não se realizem lances, incumbirá ao Pregoeiro negociar diretamente com a licitante primeira colocada a fim de que seja obtido preço melhor para a Administração.

6.16.2. Se, porventura, só houver uma licitante participando do certame, a etapa de lances será prontamente encerrada pelo Pregoeiro, passando de imediato à fase de negociação acima descrita.

6.17. **Fase de Julgamento da Proposta Final de Preços:** finalizada a etapa de negociação, descrita no subitem anterior, **o Pregoeiro abrirá o prazo de 60 (sessenta) minutos**, a fim de que a licitante vencedora anexe, em campo próprio do sistema, a sua proposta final de preços assinada pelo representante com poderes para tal, devidamente ajustada, em conformidade com valor final aceito pelo Pregoeiro.

6.17.1. A proposta final de preços deverá manter inalteradas as características e especificações descritas na proposta inicial.

6.17.2. A proposta deverá conter descrição, com **códigos do fabricante, para todos os aparelhos a serem fornecidos em comodato**. Será desqualificada a proposta que não contiver descrição e quantidades detalhadas de cada aparelho, com respectivos “part numbers” do fabricante.

6.17.3. No valor da proposta deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com embalagens, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante.

6.17.4. O valor da cotação para os itens 01, 02, 03, 04, 06, 07 e 08, dispostos no item 2 do Anexo I deste Instrumento, deverá considerar o abatimento referente à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme previsto no Decreto nº 37.699/97 (Regulamento do ICMS) do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no Livro II, artigo 10º, inciso I.

6.17.5. Caso o valor do serviço “*Atendimento Técnico Especializado*”, previsto na tabela disposta no item 2 do Anexo I deste Instrumento, já esteja contemplado nos valores dos demais serviços, a proposta poderá indicar valor de R\$ 0,00 para este item.

6.17.6. Deverá acompanhar a proposta, documento comprobatório das tarifas vigentes de Longa Distância Internacional homologadas pela ANATEL, referentes aos Planos Básicos ofertados pela licitante ou por sua subcontratada.

Obs.1: O prazo acima referido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro (tantas vezes quanto necessárias) com vistas à eventual finalização do preenchimento e envio da proposta final de preços (mediante solicitação motivada por parte da vencedora da disputa), à complementação e/ou à correção de algum item em desconformidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Igualmente, o prazo inicial poderá ser encerrado antecipadamente pelo Pregoeiro, uma vez concluído o envio eletrônico acima descrito.

Obs.2. Não serão computados, para fins de julgamento da proposta, os valores por minuto para Ligação de Longa Distância Internacional (LDI), dado que o levantamento histórico de 12 meses indicou o consumo de 44 minutos durante todo o período, caracterizando-se como item de natureza excepcional no contexto da contratação.

6.18. **Fase de Habilitação Eletrônica:** após o encerramento das etapas descritas nos subitens anteriores, será aberta a fase de habilitação via sistema. Para tanto, **a licitante vencedora deverá proceder ao envio eletrônico (upload), no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, da documentação prevista no item 7 deste Edital**, nos formatos (extensões) “PDF”, “DOC”, “TXT”, “XLS”, “TIFF”, “PNG” ou “JPG”, observados os limites aceitos pela plataforma “Pregão On Line Bannrisul”: 2MB (dois *megabytes*) por arquivo anexo e 10MB (dez *megabytes*) no total.

Obs.1: não se faz necessária a entrega física dos documentos de habilitação, bastando o envio por meio eletrônico, nos termos acima referidos. Importante consignar que o licitante é responsável pela veracidade de toda documentação por ele encaminhada, conforme Termo de Responsabilidade firmado por seu representante legal – requisito obrigatório para fim de credenciamento das licitantes no portal “Pregão On Line Bannrisul” e emissão da chave de acesso (senha) a tal sistema eletrônico.

Obs.2: a extração de certidões de regularidade acessíveis a consultas públicas nos respectivos portais da internet e a anexação eletrônica (upload) de tais documentos poderão ser providenciada, também, pelo Pregoeiro, quando necessária à promoção de eventual saneamento, em sede de diligência, em prol da celeridade, da eficiência e da vantajosidade.

6.18.1. No prazo acima referido, a vencedora da disputa – se declarada ME ou EPP - deverá anexar, também, prova de enquadramento como ME ou EPP (ou equiparada), mediante certidão expedida pela Junta Comercial ou documento equivalente (vide subitem relativo à habilitação jurídica), a fim de demonstrar a condição declarada no portal eletrônico.

6.18.2. O prazo acima referido poderá, a critério do Pregoeiro, ser prorrogado por igual período, uma única vez, de ofício ou mediante solicitação do licitante.

6.19. O descumprimento ao regramento pertinente à fase de habilitação redundará na inabilitação da licitante vencedora da disputa de preços, com a consequente convocação da segunda colocada (e assim sucessivamente) para uma rodada de negociação (tal como descrito no subitem 6.16).

6.20. Caso a documentação pertinente à regularidade fiscal e trabalhista apresente alguma restrição, será assegurado à licitante primeira classificada, se ME ou EPP (ou equiparada), o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a regularização das falhas encontradas.

6.20.1. O prazo previsto neste subitem poderá ser prorrogado, por igual período,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

quando solicitado pela licitante, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito como tal pelo Pregoeiro.

6.20.2. Não fará jus ao prazo previsto neste subitem a ME/EPP (ou equiparada) que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista.

6.20.3. A não-regularização da referida documentação no prazo previsto neste subitem, implicará a decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.21. Se a licitante classificada em primeiro lugar desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem final de classificação, verificando a sua aceitabilidade quanto ao valor ofertado, procedendo à análise da habilitação da licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que cumpra as exigências do Edital, sendo esta declarada vencedora.

6.22. A critério do Pregoeiro, será desclassificada a licitante que prejudicar a celeridade do certame, seja por ausência da sessão, seja por desatendimento de solicitações nos prazos definidos, especialmente quanto a eventuais ajustes que se façam necessários na proposta e/ou na documentação complementar.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação será procedida depois de encerrada a fase competitiva e ordenadas as ofertas, com a verificação da seguinte documentação da licitante vencedora:

7.1.1. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro/inscrição empresarial para o empresário individual ou sociedade limitada unipessoal;
- b) Contrato Social para as Sociedades Limitadas (Ltda.) e demais tipos de sociedades empresárias, em ambos os casos acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) admitir-se-á o Contrato Social, acompanhado de suas alterações posteriores, ou o Contrato Social consolidado, ou, então, Certidão Simplificada ou de Inteiro Teor, expedidas pelo Registro do Comércio da sede da empresa, devidamente atualizadas;
- d) registro/inscrição do Ato Constitutivo para as Sociedades Simples, acompanhada de documentação comprobatória da Diretoria em exercício.

7.1.2. PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Obs.: esta certidão conjunta comprova a regularidade para com a Seguridade Social.

- c) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de sua sede relativamente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (a exemplo da Certidão Geral de Débitos Tributários Municipais de Porto Alegre/RS);
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Obs.: a autenticidade das certidões extraídas da internet, nos sítios eletrônicos supracitados, será objeto de verificação por parte do Pregoeiro/Equipe de Apoio.

7.1.3. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou, se for o caso, certidão de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de início da sessão da disputa de preços deste Pregão;
- b) **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;**

b.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (vide Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

b.2) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício, na hipótese de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

b.3) É dispensada a exigência desta alínea “b” para o Microempreendedor Individual – MEI, que está desobrigado da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil – Lei nº 10.406/2002.

- c) **declaração comprovando a boa situação financeira da empresa, informando os resultados dos índices contábeis exigidos no Edital**, seguindo o modelo anexo V do Edital, assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante, nos termos do § 1º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021.

c.1) A comprovação da boa situação financeira da empresa se dará mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

(c.1.1) Índice de Liquidez Geral (ILG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

(c.1.2) Índice de Solvência Geral (ISG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

(c.1.3) Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Obs.: As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) em relação ao valor total estimado da contratação.

Obs.: A apresentação do Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE (sisacf.sefaz.rs.gov.br), respeitado seu período de validade, dispensa a apresentação do balanço patrimonial, da demonstração de resultado de exercício das demais demonstrações contábeis e a declaração do atendimento aos índices.

7.1.4. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de comprovação de concessão, outorga ou autorização para prestação do serviço telefônico SMP (Serviço Móvel Pessoal), em documento emitido pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) ou através da indicação de *link* no *site* da própria ANATEL, no qual o referido documento possa ser acessado;
- b) Apresentação de comprovação de cobertura para acessos na tecnologia 4G ou superior em, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos municípios do Rio Grande do Sul, em documento emitido pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) ou através da indicação de *link* no *site* da própria ANATEL no qual o referido documento possa ser acessado.

7.2. No caso de o vencedor da disputa estar enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI), deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) **Qualificação jurídica:** cédula de identidade e CPF, e o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI). A verificação da autenticidade do CCMEI será realizada pelo Pregoeiro, mediante consulta ao portal: www.portaldoempreendedor.gov.br;
- b) **Qualificação fiscal e trabalhista:** as certidões exigidas no subitem 7.1.2 deste Edital (no que couber);
- c) **Qualificação Econômico-Financeira:** além da certidão prevista na alínea “a” do subitem 7.1.3 deste Edital, a Declaração Anual Simplificada – DASN-SIMEI. Para os microempreendedores que iniciaram as atividades no curso do ano calendário será aceito o Relatório Mensal das Receitas Brutas de todos os meses;
- d) **Qualificação técnica:** as certidões exigidas no subitem 7.1.4 deste Edital.

7.3. No caso de o vencedor da disputa estar enquadrado como consórcio, além das certidões de regularidade previstas no subitem 7.1 (no que couber), deverá respeitar os requisitos abaixo:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

7.3.1. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) admissão do somatório dos valores de cada consorciado;
- b) acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

7.3.2. Qualificação técnica: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

7.4. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.5. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade exposto em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

7.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8. A apresentação do Certificado de Fornecedor do Estado (CFE), emitido pela CELIC/RS, dispensa a apresentação da documentação de regularidade fiscal e trabalhista – à exceção da declaração sobre o emprego de menor – e qualificação econômico-financeira (quando exigível), desde que os prazos de validade desses documentos e do próprio CFE estejam atualizados na data da sessão pública do Pregão.

7.8.1 A pessoa jurídica já cadastrada na CELIC/RS e cujo CFE contenha documento(s) com data de validade vencida poderá apresentar documento atualizado em substituição a outro, constante do CFE (vigente), cuja validade tenha expirado anteriormente à data de abertura da sessão.

Obs.: informações sobre cadastro junto à CELIC e emissão do CFE podem ser obtidas pelo fone (51) 3288-1160 ou pelo sítio eletrônico <http://www.celic.rs.gov.br/index.php?menu=fornecedores&cod=12>

7.9. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil ou para ele vertidos por tradutor juramentado.

7.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou, ainda, se contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada e deflagrará o procedimento de aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório.

8 RECURSOS

8.1 O prazo para apresentação de intenção de recurso será segmentado em duas partes:

8.1.1 Finalizada a fase de julgamento da proposta final de preços, será iniciado o **prazo intermediário** para intenção de recurso.

8.1.2 Finalizada a fase de habilitação ou ainda ocorrendo o fracasso do certame, será iniciado o **prazo final** para intenção de recurso.

8.1.3 Para cada prazo de intenção de recurso será concedido **um período de 10 (dez) minutos** para que a licitante manifeste a sua intenção, sendo obrigatória, e não motivada, sob pena de preclusão.

8.2 Uma vez finalizado o prazo final para intenção de recurso e havendo alguma intenção registrada no sistema, será aberta a **fase recursal**, concedendo o prazo de 3 (três) dias úteis para envio das razões escritas, **exclusivamente por meio do portal eletrônico Banrisul**.

Obs.: O sistema não abrirá a fase recursal, para apresentar a razão e contrarrazão do recurso, no julgamento da proposta nem no julgamento da habilitação do melhor classificado sendo este inabilitado.

8.2.1 As demais licitantes estarão desde logo intimadas a apresentar contrarrazões ao recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, **exclusivamente pelo portal eletrônico Banrisul**, em campo específico destinado a esse fim.

8.2.2 As manifestações do Pregoeiro e da Superintendente Administrativa e Financeira (autoridade competente), respectivamente, em relação a recursos porventura interpostos e contrarrazões apresentadas, dar-se-ão **exclusivamente via portal eletrônico Banrisul**.

8.3 Não serão conhecidos memoriais: (a) de licitante que não tenha manifestado, no prazo supracitado, a intenção de recorrer; (b) apresentados fora do prazo; (c) subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

8.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Após o exame dos documentos de habilitação e constatado o atendimento ao disposto neste Edital, o Pregoeiro adjudicará à licitante vencedora o objeto da licitação e declarará encerrada a sessão do Pregão. Ato contínuo encaminhará o processo à Superintendente Administrativa e Financeira da ALRS (autoridade competente) com vistas à homologação do certame.

9.2. Na hipótese de interposição de recurso e após sua decisão, caso haja a recusa por parte do Pregoeiro, caberá à Superintendente Administrativa e Financeira a adjudicação à

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

licitante vencedora, bem como, subsequente a esse ato, proceder à homologação do certame.

9.3. Homologada a licitação pela Superintendente Administrativa e Financeira, a licitante adjudicatária será convocada a firmar compromisso, mediante assinatura do instrumento de contrato (Anexo IV), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação para tal, submetendo-se às condições e disposições nela contidas.

9.3.1. O prazo acima referido poderá ser prorrogado, a critério da ALRS, quando solicitado durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado.

9.4. Se a licitante vencedora não cumprir o disposto neste Edital e seus Anexos, a sessão do Pregão será retomada, e as demais licitantes serão chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, permitida renegociação, sujeitando-se a desistente às penalidades aplicáveis.

9.5. A adjudicação será tornada sem efeito nas seguintes hipóteses:

- a) se a licitante adjudicatária não assinar o termo de contrato, sem justificativa formalmente aceita pela Assembleia Legislativa;
- b) se houver impedimentos relativos à licitante adjudicatária, por ocasião da consulta ao CFIL/RS.

10. MINUTA DE CONTRATO

10.1. Todo regramento pertinente à contratação em tela está disposto no Anexo IV deste Edital (Minuta de Contrato).

10.2. A assinatura do termo de contrato será precedida de nova consulta ao CFIL/RS e ao CADIN/RS, além de consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). Eventual pendência da licitante adjudicatária junto a esses cadastros impedirá, por força de lei, a sua contratação por parte desta ALRS.

10.3. Caso a licitante seja consorciada a assinatura do contrato será condicionada à:

10.3.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

10.3.2 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Assembleia Legislativa do RS.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, mediante processo em que será garantido o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, a licitante que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à ALRS, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A recusa em assinar o contrato, considerada após transcorrido o 5º (quinto) dia útil subsequente à convocação para sua assinatura, sem a formalização de qualquer justificativa, configura desistência à execução dos serviços previstos neste Instrumento e sujeitará a adjudicatária ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

11.2.1. Ante a ocorrência da hipótese acima, poderá a ALRS, mediante decisão de sua autoridade competente, nos termos dos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar outra licitante – respeitada a ordem final de classificação no certame – para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o instrumento contratual.

11.2.2. Se a recusa acima referida ocorrer depois da formalização do contrato, poderá a ALRS, por intermédio do gestor dessa contratação, nos termos do § 7º do art. 90 da Lei 14.133/2021, consultar outra licitante – respeitada a ordem final de classificação no certame – sobre o interesse em fornecer o objeto contratado (celebrando o contrato), desde que por preço igual (ou inferior) ao valor adjudicado na licitação. Havendo o interesse, a licitante deverá enviar ao gestor as certidões exigidas no item 7 deste Edital.

11.3. Pela prática das condutas descritas nesta seção, a Assembleia Legislativa poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia e ampla defesa:

- a) advertência;
- b) pagamento de multa, nos termos da Minuta de Contrato (Anexo IV);
- c) impedimento de licitar, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

11.4. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à respectiva licitante adjudicatária ou cobradas na forma prevista em lei. Ainda, as multas previstas nesta seção - as quais podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente -

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha causar à ALRS.

11.5. Caracterizada hipótese de aplicação de qualquer penalidade, a adjudicatária será notificada da abertura do prazo para apresentar defesa prévia, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

11.6. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos, e independentemente dos atos de improbidade e dos atos ilícitos prescritos nas Leis n.ºs 8.429/1992 e 14.133/2021 ou demais normas que tenham por objeto as licitações, estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 12.846/2013 os licitantes que incorrerem na conduta descrita no art. 5.º, inc. IV, do referido diploma. Igualmente, estarão sujeitos às sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.228/2018, os licitantes que incorrerem na conduta descrita no art. 3.º da referida norma estadual.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa, de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

FUNÇÃO 01 – LEGISLATIVA; SUBFUNÇÃO 0031 – AÇÃO LEGISLATIVA; ATIVIDADE 6351 – APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA AL; SUBTÍTULO 003 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS; ELEMENTO 3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA.

13. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

13.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, qualquer pessoa poderá realizar pedidos de esclarecimentos e/ou questionamentos e impugnar este Edital.

13.1.1. Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser formulados EXCLUSIVAMENTE via portal eletrônico Banrisul.

13.1.2. Para tanto, os requisitantes deverão acessar a página eletrônica deste Pregão, preencher o formulário eletrônico, em campo destinado a esse procedimento, detalhando o seu questionamento e/ou pedido de impugnação. Após isso, deverá enviá-lo via sistema eletrônico Banrisul.

13.1.3. O portal eletrônico Banrisul encaminhará aviso automático, via *e-mail*, noticiando ao Pregoeiro eventuais registros de questionamentos e/ou impugnações, **a serem enviados, repita-se, exclusivamente, via portal eletrônico Banrisul.** Igualmente, enviará *e-mail* automático aos requisitantes que formularam questionamentos e/ou impugnações dando conta da resposta a esses pedidos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

13.1.4. **Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos/questionamentos e de impugnação apresentados por outro meio que não via portal eletrônico Banrisul, nos termos acima descritos.**

13.1.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento/questionamento será divulgado via portal eletrônico Banrisul no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que não encaminhar o pedido até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a impugnante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13.4. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14. INSTRUÇÕES PARA PEDIDOS DE VISTAS E CÓPIAS

14.1. Interessados em visualizar e/ou obter cópias digitalizadas deste processo eletrônico licitatório devem preencher o formulário de requisição conforme modelo disponível no portal de compras da ALRS na internet, acessível no seguinte *link*:

<https://ww3.al.rs.gov.br/compras/Pedidodevistac%C3%B3pia.aspx>

14.1.1. O referido formulário deve ser assinado pelo interessado e remetido para o *e-mail* compras@al.rs.gov.br, juntamente com uma cópia digitalizada do documento de identidade e CPF do requisitante.

14.2. O interessado pode, também, comparecer à sala da Central de Compras e Contratos/DCAP, situada no 3º andar do prédio anexo da ALRS, munido de um *pen drive* (ou outro dispositivo eletrônico similar), para que lhe seja fornecida vista e cópia digitalizada do processo eletrônico licitatório (nesse caso, também deverá ser preenchida e assinada a requisição de vistas/cópias, bem como ser apresentado documento de identidade e CPF do requisitante).

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

15.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos e do vencedor da licitação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

15.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

15.2. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.3. A Superintendente Administrativa e Financeira da ALRS poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. A anulação do procedimento induz à da adjudicação.

15.3.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da adjudicatária de boa-fé ao ressarcimento pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.4. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta; a Assembleia Legislativa não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Pregão na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

15.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, sem comprometimento da segurança da futura adjudicação. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão.

15.9. A ALRS reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto fornecido, se constatado em desacordo com os termos do presente Edital e seus Anexos.

15.10. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes da Lei n.º 14.133/2021.

15.11. Este Edital foi aprovado pela Procuradoria da ALRS (Promoção n.º 41.461) e pela Seccional da Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE-RS) junto à Assembleia Legislativa (Informação CAGE n.º 18/2025).

15.12. São partes integrantes deste Edital:

- ANEXO I – Especificações Relativas à Execução do Serviços;
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- ANEXO III – Termo de Referência;
- ANEXO IV – Minuta de Contrato;
- ANEXO V – Modelo de Declaração de Atendimento aos Índices Contábeis;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar.

15.13. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para discussão de eventuais litígios oriundos da presente licitação.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Marcelo Cunha,
Pregoeiro.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. JUSTIFICATIVA

A seguir, transcrição da justificativa constante do Termo de Referência, documento eletrônico (SEI-3809480), elaborado pela Divisão de Redes e Telecomunicações / DTI – Departamento de Tecnologia da Informação – (gestor da demanda):

A contratação de serviço de telefonia móvel para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) representa uma necessidade fundamental para garantir a eficiência, agilidade e continuidade das atividades parlamentares e administrativas da instituição. Esta iniciativa visa atender a uma série de necessidades cruciais que impactam diretamente o funcionamento e a eficácia da ALRS em seu papel de representação dos interesses do povo gaúcho.

Atualmente, a ALRS dispõe do contrato nº 04/2020 (expediente 000008409-01.00/19-1) para a prestação deste serviço, com vigência até 21/01/2025, onde estão em uso 53 linhas voltadas para parlamentares, 320 linhas para uso geral, bem como 11 linhas de uso exclusivo do serviço de internet móvel. Considerando a proximidade do término deste contrato e a importância ininterrupta dos serviços de telefonia móvel, faz-se necessário iniciar o processo de nova contratação para assegurar a continuidade operacional sem qualquer interrupção.

A necessidade contempla o uso abrangente dos serviços de voz, mensagens, dados e roaming internacional, essenciais para o pleno funcionamento das atividades legislativas e administrativas. Além disso, é importante a provisão de aparelhos em regime de comodato (celulares do tipo smartphone, tablets e pen modems) para substituir os equipamentos atuais, que deverão ser devolvidos ao término do contrato vigente. Esta substituição garante a continuidade do uso de dispositivos modernos e compatíveis com as necessidades tecnológicas da instituição.

Primordialmente, a manutenção deste serviço assegurará uma comunicação ininterrupta, permitindo que deputados, assessores e colaboradores-chave estejam sempre acessíveis, mesmo quando fora das dependências da ALRS. Isso é essencial para a rápida tomada de decisões e respostas a situações que se apresentam no dia a dia dos parlamentares, independentemente da localização física dos envolvidos. A mobilidade e flexibilidade proporcionadas pelo serviço de telefonia móvel são cruciais para que os parlamentares exerçam suas funções de forma eficaz durante viagens, visitas a municípios e participação em eventos externos, além de facilitar o trabalho remoto e a participação em reuniões virtuais, alinhando-se às tendências modernas de trabalho flexível.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

O serviço de dados móveis é particularmente importante para garantir o acesso contínuo a informações e sistemas, permitindo que os usuários mantenham sua produtividade mesmo fora do ambiente de escritório. O roaming internacional, por sua vez, é essencial para manter a comunicação durante viagens oficiais ao exterior, permitindo que os parlamentares e funcionários permaneçam conectados e atuantes em suas responsabilidades, independentemente de sua localização global.

Do ponto de vista da eficiência operacional, a comunicação instantânea entre diferentes setores e níveis hierárquicos agilizará processos internos, reduzindo o tempo de resposta a demandas urgentes e melhorando a produtividade geral da instituição. Paralelamente, a acessibilidade à informação será significativamente melhorada, permitindo acesso rápido a e-mails, documentos e sistemas internos da ALRS através de dispositivos móveis, facilitando a consulta e compartilhamento de informações relevantes durante sessões plenárias, comissões e eventos externos.

O atendimento ao cidadão também será aprimorado, uma vez que Parlamentares e assessores poderão responder prontamente às demandas da população, mesmo quando em atividades externas. Isso melhorará a interação com eleitores e comunidades, fortalecendo os laços entre representantes e representados. Em situações de crise e emergências, a telefonia móvel estabelecerá uma rede de comunicação eficaz, permitindo respostas rápidas e coordenadas, e garantindo que lideranças parlamentares possam ser contatadas imediatamente em casos de emergências estaduais ou nacionais.

A transparência e prestação de contas também serão favorecidas, facilitando a realização das atividades parlamentares fora da sede da ALRS e permitindo a transmissão em tempo real de informações e decisões importantes para a equipe interna e, quando apropriado, para o público.

No que tange ao suporte à atividade legislativa, a telefonia móvel possibilitará a consulta rápida a textos legais, projetos de lei e outras informações cruciais durante debates e votações, mesmo fora do plenário. Isso fortalecerá a qualidade do trabalho legislativo e facilitará a comunicação entre parlamentares e suas bases eleitorais, reforçando a representatividade.

Por fim, a continuidade de serviços será assegurada, garantindo que as atividades legislativas e administrativas não sejam interrompidas em caso de problemas com a infraestrutura física da ALRS. Isso manterá a operacionalidade da instituição em situações de trabalho remoto ou durante crises que afetem o funcionamento normal.

A nova contratação, além de manter os serviços essenciais já disponíveis, deve buscar aprimoramentos e atualizações tecnológicas, levando em consideração as experiências e lições aprendidas com o contrato atual, tal como melhorias no serviço de roaming internacional, periodicidade de troca de aparelhos, inclusão de tablets, entre outros. Isso garantirá que a ALRS continue

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

a dispor de um serviço de telefonia móvel moderno, eficiente e plenamente adequado às suas necessidades operacionais em constante evolução.

SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE FRACIONAMENTO DO OBJETO

A contratação dos serviços de telefonia móvel, incluindo voz, mensagens, dados e roaming internacional, juntamente com o fornecimento de aparelhos em comodato, deve ser realizada em um único lote por diversas razões técnicas e operacionais. Esta abordagem integrada garante uma maior eficiência na gestão do serviço, proporcionando uma experiência uniforme e coesa para todos os usuários da ALRS.

A unificação do lote permite uma melhor padronização dos serviços e equipamentos, facilitando o suporte técnico e a manutenção. Isso é particularmente importante em um ambiente legislativo, onde a comunicação precisa ser consistente, confiável e segura para todos os usuários, independentemente de sua localização ou função dentro da instituição.

Do ponto de vista econômico, a contratação em lote único possibilita a obtenção de economias de escala, potencialmente resultando em custos mais vantajosos para a instituição. Ao concentrar todo o volume de serviços em uma única contratação, a ALRS pode negociar condições mais favoráveis, incluindo tarifas reduzidas e pacotes de serviços mais abrangentes.

A integração dos serviços em um único lote também simplifica os processos administrativos, reduzindo a complexidade na gestão e no acompanhamento da execução dos serviços. Isso inclui a gestão de faturas, o atendimento ao suporte técnico, a resolução de problemas e a implementação de atualizações ou melhorias no serviço.

Por fim, é importante considerar as características do mercado de telecomunicações móveis, que é dominado por um número limitado de grandes operadoras capazes de fornecer serviços em larga escala com a qualidade e abrangência necessárias para uma instituição do porte da ALRS. A contratação em lote único permite aproveitar melhor as capacidades desses fornecedores, potencialmente resultando em soluções mais abrangentes e economicamente vantajosas.

Portanto, a adjudicação será realizada de forma global, ou seja, todos os itens que compõem o objeto da contratação deverão ser adjudicados a um único fornecedor, garantindo assim a integração, eficiência e qualidade dos serviços de telefonia móvel para a ALRS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

2. QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

Item	Descrição	Unidade	Qtd. Máxima Mensal	Valor Un.	Valor Total Mensal
01	Linha Móvel Voz/Dados - Parlamentar com Smartphone Tipo 1	Pacote	55	R\$ 430,00	R\$ 23.650,00
02	Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2	Pacote	550	R\$ 180,00	R\$ 99.000,00
03	Linha Móvel Dados com Tablet	Pacote	100	R\$ 320,00	R\$ 32.000,00
04	Linha Móvel Dados com Pen Modem	Pacote	55	R\$ 105,00	R\$ 5.775,00
05	Atendimento Técnico Especializado	Serviço	01	R\$ 9.100,00	R\$ 9.100,00
Item	Descrição	Unidade	Qtde. Estimada Mensal	Valor Un.	Valor Total Mensal
06	Roaming Internacional - Américas	Diária	07*	R\$ 85,00	R\$ 595,00
07	Roaming Internacional - Europa	Diária	10*	R\$ 93,50	R\$ 935,00
08	Roaming Internacional - Mundo	Diária	05*	R\$ 109,80	R\$ 549,00
Valor Total Mensal (Valor Máximo Aceitável) (Valor Balizador do Certame)				R\$ 171.604,00	
Valor Total da Contratação (Valor Mensal x 30 meses)				R\$ 5.148.120,00	

* Média de consumo de diárias de roaming internacional por mês, considerando os meses de abril/24 a setembro/24.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.148.120,00 (cinco milhões, cento e quarenta e oito mil e cento e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

Obs.: Caso o valor do serviço “Atendimento Técnico Especializado”, previsto no item “5” da tabela acima, já esteja contemplado nos valores dos demais serviços, a proposta poderá indicar valor de R\$ 0,00 para este item.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas do objeto desta contratação são as transcritas a seguir, conforme disposto no Anexo I do Termo de Referência (o Termo de Referência constitui o Anexo III deste Edital e está acostado ao processo eletrônico no documento SEI-3809480).

ITEM 01 - Linha Móvel Voz/Dados - Parlamentar com Smartphone Tipo 1

1.1 O serviço de voz deve oferecer, de forma ilimitada, quando em território nacional, todos os tipos de ligações locais e longa distância nacional (LDN), para móvel e fixo de qualquer operadora.

1.2 O serviço de acesso à internet deve possuir franquia mínima de 80GB mensais por linha. Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 128kbps).

1.3 O serviço de mensagens deve abranger mensagens de texto (SMS) e multimídia (MMS) para qualquer destino nacional, com franquia mínima de 1.000 (um mil) mensagens mensais por linha.

1.4 As chamadas de Longa Distância Internacional (LDI) originadas em território nacional devem estar habilitadas por padrão, sem a necessidade de solicitação prévia, ativação específica ou qualquer comunicação adicional por parte da CONTRATANTE.

1.5 O serviço de roaming internacional de voz, acesso internet e envio de mensagens nos principais países do mundo deve estar permanentemente habilitado, sem a necessidade de solicitação prévia, ativação específica ou qualquer comunicação adicional por parte da CONTRATANTE para o uso do serviço em viagens internacionais. O serviço deve atender o que segue:

1.5.1 O serviço de voz em roaming internacional deve oferecer, de forma ilimitada, sem custos adicionais:

1.5.1.1 Originar chamadas para qualquer número fixo ou móvel do Brasil;

1.5.1.2 Originar chamadas para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

1.5.1.3 Receber chamadas de qualquer número.

1.5.2 Serviço de mensagens em roaming internacional deve abranger mensagens de texto (SMS) para qualquer destino, com franquia ilimitada de mensagens, sem custos adicionais para os seguintes casos:

1.5.2.1 Enviar SMS para qualquer número do Brasil;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

1.5.2.2 Enviar SMS para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

1.5.2.3 Recebimento de SMS.

1.5.3 Serviço de acesso à internet em roaming internacional com franquia mínima de 10GB mensal por linha.

1.5.3.1 Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 32kbps).

1.5.4. Não deve gerar custos adicionais por ocasião da utilização dos serviços em viagens internacionais.

1.6 Deve ser fornecido, em regime de comodato, smartphone com as seguintes características mínimas:

1.6.1 Sistema operacional: Android na última versão disponível;

1.6.2 Resolução de tela: 3.120 x 1.440;

1.6.3 Tamanho de tela: 6.7”;

1.6.4 Pannel da tela: AMOLED Dinâmica 2X com 120Hz;

1.6.5 Memória RAM: 12 GB;

1.6.6 Armazenamento interno: 256 GB, sem uso de cartão externo;

1.6.7 Bateria: 4.900 mAh;

1.6.8 Tecnologia de conectividade: 5G;

1.6.9 Wi-Fi: 802.11a/b/g/n/ac/ax/be;

1.6.10 Interface de conexão: USB-C;

1.6.11 Certificação: IP68;

1.6.12 Cor: preto, cinza, prata o grafite;

1.6.13 Modelo de Referência: Samsung Galaxy S25+.

ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2

2.1 O serviço de voz deve oferecer de forma ilimitada, quando em território nacional, todos os tipos de ligações locais e longa distância nacional (LDN), para móvel e fixo de qualquer operadora.

2.2 O serviço de acesso à internet deve possuir franquia mínima de 40GB mensais por linha. Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 128kbps).

2.3 O serviço de mensagens deve abranger mensagens de texto (SMS) e multimídia (MMS) para qualquer destino nacional, com franquia mínima de 1.000 (um mil) mensagens mensais por linha.

2.4 Os serviços de roaming internacional e ligação de longa distância internacional (LDI) devem ser bloqueados por padrão para estes serviços. A habilitação destes serviços

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

deverá ocorrer exclusivamente mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, e, no caso do roaming internacional, apenas pelo período determinado na solicitação. Após o término do período especificado, o PRESTADOR deverá desativar automaticamente o serviço de roaming internacional, retornando a linha ao estado de bloqueio padrão.

2.5 Deve ser fornecido, em regime de comodato, smartphone com as seguintes características mínimas:

- 2.5.1 Sistema operacional: Android, na última versão disponível;
- 2.5.2 Resolução de tela: 2.340 x 1.080;
- 2.5.3 Tamanho de tela: 6.6”;
- 2.5.4 Painel da tela: Super AMOLED com 120 Hz;
- 2.5.5 Memória RAM: 8 GB;
- 2.5.6 Armazenamento interno: 256 GB, sem uso de cartão externo;
- 2.5.7 Bateria: 5.000 mAh;
- 2.5.8 Tecnologia de conectividade: 5G;
- 2.5.9 Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax;
- 2.5.10 Interface de conexão: USB-C;
- 2.5.11 Certificação: IP67;
- 2.5.12 Cor: Azul Escuro;
- 2.5.13 Modelo de Referência: Samsung Galaxy A55.

ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet

3.1 O serviço de acesso à internet deve possuir franquia mínima de 100GB mensais por linha. Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 128kbps).

3.2. O serviço de mensagens deve abranger o recebimento de mensagens de texto (SMS).

3.3 O serviço de roaming internacional deve ser bloqueado por padrão. A habilitação deste serviço deverá ocorrer exclusivamente mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, e apenas pelo período determinado na solicitação. Após o término do período especificado, o PRESTADOR deverá desativar automaticamente o serviço de roaming internacional, retornando a linha ao estado de bloqueio padrão.

3.4 Deve ser fornecido, em regime de comodato, tablet com as seguintes características:

- 3.4.1 Sistema operacional: Android;
- 3.4.2 Resolução de tela: 2.560 x 1.600, ou superior;
- 3.4.3 Tamanho de tela: 11.0” ou 12.4”;
- 3.4.4 Painel da tela: LCD ou AMOLED Dinâmico 2X;
- 3.4.5 Memória RAM: 8 GB, ou superior;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

- 3.4.6 Armazenamento interno: 128 GB, sem uso de cartão externo, ou superior;
- 3.4.7 Bateria: 8.400 mAh ou superior;
- 3.4.8 Tecnologia de conectividade: 5G;
- 3.4.9 Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax;
- 3.4.10 Interface de conexão: USB-C ou USB 3.2;
- 3.4.11 Certificação: IP68;
- 3.4.12 Cor: cinza, preto, prata ou grafite;
- 3.4.13 S Pen: Sim;
- 3.4.14 Modelo de Referência: Samsung Galaxy Tab S9 ou Galaxy Tab FE+.

ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem

4.1 O serviço de acesso à internet deve possuir franquia mínima de 100GB mensais por linha. Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 128kbps).

4.2 O serviço de roaming internacional deve ser bloqueado por padrão. A habilitação deste serviço deverá ocorrer exclusivamente mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, e apenas pelo período determinado na solicitação. Após o término do período especificado, o PRESTADOR deverá desativar automaticamente o serviço de roaming internacional, retornando a linha ao estado de bloqueio padrão;

4.3 Deve ser fornecido, em regime de comodato, pen modem com as seguintes características mínimas:

- 4.3.1 Compatível com sistema operacional: Windows 10 e 11;
- 4.3.2 Tecnologia de conectividade: 4G ou superior;
- 4.3.3 Interface USB;
- 4.3.4 Wi-Fi.

ITEM 05 - Atendimento Técnico Especializado

5.1. O PRESTADOR deve fornecer um serviço de atendimento técnico especializado para o Serviço Móvel Pessoal, estruturado em dois níveis de disponibilidade. Durante o horário comercial, deverá haver prestação de serviço presencial nas dependências da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), estando disponível em todos os dias úteis, das 9h às 18h. Este serviço será exclusivo para atendimento das necessidades dos usuários da ALRS, oferecendo suporte imediato e personalizado.

5.2. Complementarmente, o PRESTADOR deve disponibilizar acesso telefônico a um colaborador ou gerente de contas fora do horário comercial, inclusive em noites, fins de semana e feriados, para atendimento a situações emergenciais decorrentes de falhas críticas nos serviços de telefonia móvel (dados e voz);

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

5.3. O serviço presencial ou de plantão deve estar capacitado para interagir eficientemente com o suporte técnico da operadora quando necessário.

5.4. O serviço prestado de forma presencial deve fornecer suporte imediato e especializado, abrangendo questões como:

5.4.1. Gestão de Linhas e Serviços:

5.4.1.1. Ativações, bloqueios e suspensões das linhas de voz e dados;

5.4.1.2. Habilitação/desativação de roaming internacional;

5.4.1.3. Habilitação/desativação de serviços (caixa postal, siga-me, identificador de chamadas, etc.);

5.4.1.4. Trocas de números das linhas de voz e dados;

5.4.1.5. Trocas de SIM Cards das linhas de voz e dados;

5.4.1.6. Procedimento de transferência de titularidade de linhas;

5.4.1.7. Procedimento de portabilidade de linhas.

5.4.2. Atendimento e Suporte aos Usuários:

5.4.2.1. Atendimento personalizado aos Gabinetes e às Unidades Administrativas;

5.4.2.2. Instrução de uso dos aparelhos e serviços;

5.4.2.3. Resolução de dúvidas e problemas relacionados ao SMP;

5.4.2.4. Encaminhamento e acompanhamento das falhas reportadas pelos usuários;

5.4.2.5. Manutenções corretivas em primeiro nível (ajustes e configurações);

5.4.2.6. Instalação e configuração de aplicativos;

5.4.2.7. Programação e configuração de aparelhos para usuários;

5.4.2.8. Transferência, configuração e sincronização de agenda e correio eletrônico;

5.4.2.9. Transferência de dados entre dispositivos;

5.4.2.10. Backup dos aparelhos celulares;

5.4.2.11. Atualização de software dos aparelhos;

5.4.2.12. Restauração às configurações de fábrica;

5.4.2.13. Entrega, troca e devolução de aparelhos;

5.4.2.13.1. A CONTRATANTE disponibilizará ao PRESTADOR, mediante prévia solicitação deste, o quantitativo de aparelhos necessários para efetuar os atendimentos diários que envolvam a entrega ou troca de aparelhos, momento a partir do qual o PRESTADOR fica responsável pela custódia destes aparelhos até a sua entrega ao usuário que fará uso do equipamento;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

5.4.2.13.2. Da mesma forma, o PRESTADOR ficará responsável pela custódia dos aparelhos devolvidos pelos usuários até que os mesmos sejam entregues à CONTRATANTE, mediante solicitação prévia daquela à esta.

5.4.3. Gestão Administrativa:

5.4.3.1. Instrução de expedientes administrativos para cessão/empréstimo/devolução de linhas e aparelhos;

5.4.3.2. Elaboração e atualização das listas de acessos dos usuários;

5.4.3.3. Monitoramento no Diário Eletrônico da ALRS de dispensas, exonerações, aposentadorias e cessões dos usuários, para aplicação dos seus desdobramentos em relação ao serviço de telefonia móvel;

5.4.3.4. Instrução de processos para novas habilitações e atualizações de responsáveis;

5.4.3.5. Atualização de cadastros de linhas/aparelhos/chips/empréstimos em sistema próprio da CONTRATANTE;

5.4.3.6. Efetuar lançamentos dos valores referentes ao serviço de telefonia móvel para cada centro de custo da CONTRATANTE em sistema próprio da mesma;

5.4.4. Interface com a Operadora:

5.4.5.1. Atuar como ponto focal entre a CONTRATANTE e o PRESTADOR no que diz respeito ao suporte técnico;

5.4.5.2. Escalar problemas complexos e acompanhar sua resolução.

5.5. A CONTRATANTE se compromete a fornecer treinamento específico sobre a operação de seus sistemas internos para até três (3) colaboradores designados pelo PRESTADOR. Este treinamento tem como objetivo capacitar estes profissionais para utilizar eficientemente os sistemas relevantes para a execução do contrato.

5.6. Após o treinamento, estes colaboradores do PRESTADOR terão as seguintes responsabilidades:

5.6.1. Elaborar documentação detalhada sobre a operação dos sistemas da CONTRATANTE, incluindo manuais de usuário, guias de referência rápida e fluxogramas de processos;

5.6.2. Documentar todos os processos relacionados à operação destes sistemas, garantindo um registro claro e completo dos procedimentos necessários;

5.6.3. Atuar como multiplicadores de conhecimento dentro da equipe do PRESTADOR, repassando as informações e habilidades adquiridas para outros colaboradores envolvidos na execução do contrato;

5.6.4. Manter a documentação atualizada, refletindo quaisquer mudanças ou atualizações nos sistemas ou processos da CONTRATANTE.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

5.7. A CONTRATANTE disponibilizará, durante a vigência do contrato, estação(ões) de trabalho para o(s) representante(s) técnico(s) do PRESTADOR que realizará(ão) atendimento presencial.

5.8. O PRESTADOR deverá prever reforço em sua equipe durante os períodos de substancial troca de titularidade e aparelhos, conforme segue:

5.8.1. Início de contrato: 100% dos aparelhos serão substituídos;

5.8.2. Início de legislatura: aproximadamente 35% dos aparelhos terão troca de titularidade com os respectivos serviços de troca de aparelho, ocorrerá em fev/2026 e a cada 4 anos posteriormente;

5.8.3. Início de nova administração anual: aproximadamente 5% dos aparelhos terão troca de titularidade com os respectivos serviços de troca de aparelho, ocorrendo anualmente, em fevereiro.

ITEM 06 - Roaming Internacional - Américas

6.1 O serviço de roaming internacional - Américas, a ser habilitado exclusivamente para as linhas dos tipos "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2", "ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet" ou "ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem" mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, deve oferecer cobertura abrangente, cobrindo os principais países das Américas do Sul, Central e do Norte. Este pacote deve incluir os seguintes serviços essenciais:

6.1.1 Para linhas do tipo "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2":

6.1.1.1. Serviço de voz em roaming internacional deve oferecer, sem custos adicionais:

6.1.1.1.1. Pelo menos 50 minutos diários para:

6.1.1.1.1.1. Originar chamadas para qualquer número fixo ou móvel do Brasil;

6.1.1.1.1.2. Originar chamadas para qualquer número do país que a linha esteja visitando.

6.1.1.1.2. Receber chamadas de qualquer número de forma ilimitada;

6.1.1.2 Serviço de mensagens em roaming internacional deve abranger mensagens de texto (SMS) para qualquer destino, com franquia ilimitada de mensagens, sem custos adicionais para os seguintes casos:

6.1.1.2.1 Enviar SMS para qualquer número do Brasil;

6.1.1.2.2 Enviar SMS para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

6.1.1.2.3 Recebimento de SMS;

6.1.2 Para linhas do tipo "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2", "ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet" ou "ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem":

6.1.2.1 Serviço de acesso à internet em roaming internacional com franquia mínima de 500 MB diários por linha;

6.1.2.1.1 Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 32kbps);

6.2 O serviço deve ser habilitado exclusivamente mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, e apenas pelo período determinado na solicitação. Após o término do período especificado, o PRESTADOR deverá desativar automaticamente o pacote de roaming internacional, retornando a linha ao estado de bloqueio padrão para o serviço.

6.3 A cobrança deverá ser realizada baseada em diárias para o serviço de roaming internacional. Este modelo de faturamento deve refletir com precisão o uso efetivo do serviço, considerando apenas os dias em que o roaming foi ativamente utilizado pelo usuário.

ITEM 07 - Roaming Internacional - Europa

7.1 O serviço de roaming internacional - Europa, a ser habilitado exclusivamente para as linhas dos tipos "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2", "ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet" ou "ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem" mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, deve oferecer cobertura abrangente, cobrindo os principais países da Europa. Este pacote deve incluir os seguintes serviços essenciais:

7.1.1 Para linhas do tipo "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2":

7.1.1.1. Serviço de voz em roaming internacional deve oferecer, sem custos adicionais:

7.1.1.1.1. Pelo menos 50 minutos diários para:

7.1.1.1.1.1. Originar chamadas para qualquer número fixo ou móvel do Brasil;

7.1.1.1.1.2. Originar chamadas para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

7.1.1.1.2. Receber chamadas de qualquer número de forma ilimitada;

7.1.1.2 Serviço de mensagens em roaming internacional deve abranger mensagens de texto (SMS) para qualquer destino, com franquia ilimitada de mensagens, sem custos adicionais para os seguintes casos:

7.1.1.2.1 Enviar SMS para qualquer número do Brasil;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

7.1.1.2.2 Enviar SMS para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

7.1.1.2.3 Recebimento de SMS;

7.1.2 Para linhas do tipo "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2", "ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet" ou "ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem":

7.1.2.1 Serviço de acesso à internet em roaming internacional com franquia mínima de 500 MB diários por linha;

7.1.2.1.1 Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 32kbps);

7.2 O serviço deve ser habilitado exclusivamente mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, e apenas pelo período determinado na solicitação. Após o término do período especificado, o PRESTADOR deverá desativar automaticamente o pacote de roaming internacional, retornando a linha ao estado de bloqueio padrão para o serviço.

7.3 A cobrança deverá ser realizada baseada em diárias para o serviço de roaming internacional. Este modelo de faturamento deve refletir com precisão o uso efetivo do serviço, considerando apenas os dias em que o roaming foi ativamente utilizado pelo usuário.

ITEM 08 - Roaming Internacional - Mundo

O serviço de roaming internacional - Mundo, a ser habilitado exclusivamente para as linhas dos tipos "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2", "ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet" ou "ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem" mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, deve oferecer cobertura abrangente, cobrindo os principais países do mundo. Este pacote deve incluir os seguintes serviços essenciais:

8.1.1 Para linhas do tipo "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2":

8.1.1.1. Serviço de voz em roaming internacional deve oferecer, sem custos adicionais:

8.1.1.1.1. Pelo menos 50 minutos diários para:

8.1.1.1.1.1. Originar chamadas para qualquer número fixo ou móvel do Brasil;

8.1.1.1.1.2. Originar chamadas para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

8.1.1.1.2. Receber chamadas de qualquer número de forma ilimitada;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

8.1.1.2 Serviço de mensagens em roaming internacional deve abranger mensagens de texto (SMS) para qualquer destino, com franquia ilimitada de mensagens, sem custos adicionais para os seguintes casos:

8.1.1.2.1 Enviar SMS para qualquer número do Brasil;

8.1.1.2.2 Enviar SMS para qualquer número do país que a linha esteja visitando;

8.1.1.2.3 Recebimento de SMS;

8.1.2 Para linhas do tipo "ITEM 02 - Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2", "ITEM 03 - Linha Móvel Dados com Tablet" ou "ITEM 04 - Linha Móvel Dados com Pen Modem":

8.1.2.1 Serviço de acesso à internet em roaming internacional com franquia mínima de 500 MB diários por linha;

8.1.2.1.1 Extrapolado tal limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços (velocidade mínima de 32kbps);

8.2 O serviço deve ser habilitado exclusivamente mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, e apenas pelo período determinado na solicitação. Após o término do período especificado, o PRESTADOR deverá desativar automaticamente o pacote de roaming internacional, retornando a linha ao estado de bloqueio padrão para o serviço.

8.3 A cobrança deverá ser realizada baseada em diárias para o serviço de roaming internacional. Este modelo de faturamento deve refletir com precisão o uso efetivo do serviço, considerando apenas os dias em que o roaming foi ativamente utilizado pelo usuário.

4. CONDIÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Todas as obrigações e condições relativas à contratação do objeto deste Pregão estão expressas nas cláusulas da Minuta de Contrato (Anexo IV).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
 DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
 CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Pessoa Jurídica:

CNPJ: Telefone(s):

Endereço: E-mail:

Item	Descrição	Unidade	Marca/Modelo do Aparelho Comodato	Qtde. Máxima Mensal	Valor Un.	Valor Total Mensal
01	Linha Móvel Voz/Dados - Parlamentar com Smartphone Tipo 1	Pacote		55		
02	Linha Móvel Voz/Dados - Padrão com Smartphone Tipo 2	Pacote		550		
03	Linha Móvel Dados com Tablet	Pacote		100		
04	Linha Móvel Dados com Pen Modem	Pacote		55		
05	Atendimento Técnico Especializado	Serviço	N/A	01		
Item	Descrição	Unidade	Marca/Modelo do Aparelho Comodato	Qtde. Estimada Mensal	Valor Un.	Valor Total Mensal
06	Roaming Internacional - Américas	Diária	N/A	07*		
07	Roaming Internacional - Europa	Diária	N/A	10*		
08	Roaming Internacional - Mundo	Diária	N/A	05*		
Valor Total (Global) Mensal da Proposta					R\$	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

* Média de consumo de diárias de roaming internacional por mês, considerando os meses de abril/24 a setembro/24.

Obs. 1: A proposta deverá conter descrição, com códigos do fabricante, de todos os aparelhos a serem fornecidos em comodato. Será desqualificada a proposta que não contiver descrição e quantidades detalhadas de cada aparelho, com respectivos “*part numbers*” do fabricante.

Obs. 2: No valor da proposta deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e demais custos que eventualmente incidam sobre o objeto, de forma direta ou indireta; ou, ainda, despesas com embalagens, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante.

Obs. 3: Deverá acompanhar a proposta, documento comprobatório das tarifas vigentes de Longa Distância Internacional homologadas pela ANATEL, referentes aos Planos Básicos ofertados pela licitante ou por sua subcontratada.

Obs.4: O valor da cotação para os itens 01, 02, 03, 04, 06, 07 e 08, dispostos no item 2 do Anexo I deste Instrumento deverá **considerar o abatimento referente à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, conforme previsto no Decreto nº 37.699/97 (Regulamento do ICMS) do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no Livro II, artigo 10º, inciso I.

Obs.5: Caso o valor do serviço “Atendimento Técnico Especializado”, previsto no item “5” da tabela acima, já esteja contemplado nos valores dos demais serviços, a proposta poderá indicar valor de R\$ 0,00 para este item.

Obs. 6: Serão desclassificadas as propostas cujo valor final permanecer acima do(s) valor(res) máximo(s) aceitável(eis) indicado(s) neste Edital.

Obs. 7: Não serão computados para fins de julgamento da proposta os valores por minuto para Ligação de Longa Distância Internacional (LDI), dado que o levantamento histórico de 12 meses indicou o consumo de 44 minutos durante todo o período, caracterizando-se como item de natureza excepcional no contexto da contratação.

Prazo de validade da proposta: (mínimo: 60 dias).

Data: [Dia] de [Mês] de [Ano].

Dados Bancários:

Nome e assinatura do representante legal:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

*Documento eletrônico (SEI-3809480), elaborado pelo gestor da demanda, a Divisão de
Redes e Telecomunicações/DTI, anexado ao Sistema Banrisul
(www.pregaobanrisul.com.br) e ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
(<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

*Documento eletrônico (SEI-3816605), anexado ao Sistema Banrisul
(www.pregaobanrisul.com.br) e ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
(<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO
ATENDIMENTO AOS ÍNDICES CONTÁBEIS**

....., inscrito no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu profissional da área contábil, portador(a) do Registro no CRC n.º e do CPF n.º, **DECLARA** que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da licitante, obtidas do(s) balanço(s) Patrimonial(is) apresentado(s), índices estes que atendem as exigências do Edital, apresentando assim a licitante boa condição financeira.

SÃO AS DEMOSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Índice (Resultado)
Índice de Liquidez Geral (ILG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	
Índice de Solvência Geral (ISG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	
Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)	

Obs. Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

Assinatura do Profissional da área contábil

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO VI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

*Documento eletrônico (SEI-3709378), elaborado pelo gestor da demanda, a Divisão de
Redes e Telecomunicações/DTI, anexado ao Sistema Banrisul
(www.pregaobanrisul.com.br) e ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
(<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).*